

EDUCAÇÃO PREVENTIVA AO ABUSO DE DROGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL.

Thamires Casarotto Carafini¹
Marcos Fernando Knevez²
Jorge Umberto Béria³
Lígia Braun Schermann⁴

¹ Aluna de iniciação científica, ²Mestrando
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC)
Professor adjunto do Curso de Medicina², Curso de Psicologia³ e do PPGSC
Universidade Luterana do Brasil/ULBRA

RESUMO

Objetivou-se conhecer práticas preventivas ao abuso de drogas, nas escolas públicas numa cidade do sul do Brasil. Estudo descritivo, utilizando dois questionários semiestruturados, sendo o primeiro respondido pelas direções das escolas e o segundo pelos professores. O tema é trabalhado em 87,5% das escolas, estando registrado no projeto pedagógico em 57,5%. As atividades de educação preventiva com maior frequência foram palestras e distribuição de material educativo, sendo os principais responsáveis pelas ações, professores não capacitados no assunto. Embora 97,8% dos professores acreditem que a escola deve desenvolver atividades preventivas, apenas 24% deles se declararam preparados para realizá-las. As escolas demonstraram necessidade de orientação sobre como trabalhar o tema. Os gestores públicos deveriam proporcionar maior interação entre saúde e educação, colocando profissionais da área técnica para contribuir com a comunidade escolar em ações preventivas, além de proporcionar formação adequada aos professores.

Escolas; Professores; Abuso de Drogas

INTRODUÇÃO

O contexto atual do uso de drogas apresenta grande alteração em relação às gerações anteriores, pois se verifica o uso dessas substâncias em qualquer circunstância e por pessoas de diferentes grupos e realidades¹. Esse fato se constitui num fenômeno transversal a praticamente todas as sociedades, classes etárias e grupos sociais, marcando a evolução do homem no seu devir histórico². Estima-se que em 2012, entre 162 e 324 milhões de pessoas, com idade entre 15 e 64 anos, correspondendo a entre 3,5% e 7,0 % da população mundial, tenha usado alguma droga ilícita pelo menos uma vez no ano anterior e apenas um em cada seis usuários tiveram acesso aos serviços de tratamento. A consequência disso são anos de vida produtiva prejudicados e uma taxa de mortalidade de cerca de 40 mortes por milhão³. Acabar com a possibilidade do uso de drogas entre os seres humanos é tarefa impraticável, pois seria necessário modificar a própria condição ontológica do homem. Sendo assim, as ações de promoção da saúde e prevenção ao uso abusivo de drogas deveriam estar voltadas para que o próprio sujeito pudesse ter condições de refletir e estabelecer uma melhor relação com as substâncias psicoativas (SPAs)⁴.

MÉTODO

Estudo descritivo, realizado com as equipes diretivas e com todos os professores de ensino fundamental e médio das escolas públicas do município de Santo Antônio da Patrulha, RS. O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da ULBRA, através da Plataforma Brasil, conforme o parecer nº 702.998.

Previamente a coleta de dados, foi realizado o estudo piloto, com duas escolas públicas municipais em um município vizinho, para adequação dos instrumentos e do procedimento de coleta de dados. A pesquisa foi desenvolvida com as equipes diretivas das 40 escolas públicas do município, sendo 16 municipais e 24 estaduais e com a população de professores registrados, que somava 473 professores estaduais registrados pela 11ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e com 243 professores municipais registrados pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), totalizando 716 professores. No entanto, foi constatado que um mesmo professor poderia estar registrado em mais de uma matrícula e/ou mais de um estabelecimento. Assim, foi realizada nova verificação, desconsiderando matrículas e/ou funções duplicadas e profissionais fora da escola. O total de

professores aptos a responder o questionário ficou em 162 municipais e 336 estaduais, dos quais, respectivamente, seis e 42 professores se recusaram ou não devolveram o questionário. A população final totalizou 450 professores, 156 municipais e 294 estaduais.

Foram utilizados, como instrumentos, dois questionários semiestruturados. O primeiro foi respondido pelas equipes diretivas das escolas e buscou dados sobre a estrutura dos estabelecimentos e suas atitudes práticas sobre educação preventiva ao abuso de álcool e outras drogas. Foi baseado em instrumento utilizado pelo Ministério da Educação no censo escolar (Educacenso) e elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)²¹. O segundo questionário foi respondido pelos professores e coletou dados pessoais e profissionais, experiência e conhecimento sobre o assunto e as principais demandas acerca da questão da educação preventiva. Também foi baseado em instrumento utilizado pelo Ministério da Educação no censo escolar e preparado pelo INEP²².

Os dados coletados foram digitados no programa Epidata, com dupla digitação, para o controle de qualidade, onde foram compilados, organizados e transferidos para o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 18.0 *for Windows*. Foi realizada análise descritiva e se avaliou possíveis associações, pelo teste qui-quadrado de Pearson. O nível de significância considerado na análise foi de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Dentre as 40 escolas estudadas, 60% são estaduais e 40% municipais e 72,5% estão localizadas na zona rural do município. Tanto as estaduais quanto as municipais desenvolviam, na mesma proporção, atividades sobre o tema álcool e outras drogas (87,5%). A localização também mostrou resultados muito próximos, onde as escolas urbanas tinham 90,9% e as rurais 86,2% de estabelecimentos que atuam na questão.

O tema álcool e outras drogas está incluído no projeto pedagógico em 57,5% das escolas. Quando isto ocorre o assunto sempre é trabalhado em sala de aula.

Das que não possuem o tema incluído, 70,6% trabalham com o mesmo, sendo esta diferença significativa ($p < 0,05$).

As atividades desenvolvidas em educação preventiva (EP) que tiveram a maior frequência foram palestras em 55% dos estabelecimentos e distribuição de material educativo em 35%. Projetos específicos sobre drogas, que são atividades que propõem uma maior abrangência de ações, foram desenvolvidos em apenas 12,5% das escolas.

Os profissionais responsáveis pelas atividades são principalmente professores não capacitados em EP em 57,5% dos estabelecimentos e profissionais de saúde de nível superior em 30%. A frequência dessas atividades ocorre anualmente em 35% e semestralmente em 22,5% dos casos.

O PSE está presente em 37,5% das escolas do município, oferecendo atividades preventivas em 25% delas. As atividades realizadas são palestras em 100% dos casos, distribuição de material educativo em 40% e projeto específico sobre drogas em apenas 10%. Os principais motivos da escola não contar com o PSE são ele não ter sido oferecido (40%) e faltar conhecimento sobre o programa (22,5%).

DISCUSSÃO

O presente estudo demonstrou que pouco mais da metade das escolas (57,5%), possuíam o tema álcool e outras drogas no seu projeto político pedagógico (PPP). Quando se comparou os estabelecimentos que possuíam o tema no PPP com aqueles que não tinham, verificou-se uma diferença significativa com relação a trabalhar o tema em sala de aula. Quando o tema não estava no PPP, quase um terço (29,5%) das escolas não trabalhavam com o assunto, enquanto todas as escolas que o tinham registrado, realizavam atividades em sala de aula. Isso demonstra a importância em seguir as determinações da Lei das Drogas⁵, que estabelece a implementação da prevenção do uso indevido de drogas no projeto pedagógico das instituições de ensino. O que se verificou nas escolas do município é que, mesmo após oito anos de sua publicação, a lei não está sendo totalmente aplicada, diminuindo o acesso dos estudantes à temática.

REFERÊNCIAS

1. Pratta, EMM, Santos, MA. O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. *Psic Teor Pesq.* 2009; 25(2): 203-11.
2. Pacheco, JEP, Murcho, NAC, Jesus, SN, Pacheco, ASR. Factores de risco e de protecção das toxicodependências em crianças e jovens adolescentes: contributos para a sua compreensão. *Mudanças Psic Saude.* 2009; 17(1): 33-38.
3. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). *World Drug Report: Executive Summary.* Viena, jun. 2014. [Acesso em 26 nov 2014]. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2014/pr_portuguese.pdf.
4. Sodelli, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. *Cienc Saude Colet.* 2010; 15(3): 637-44.
5. Brasil. Lei 11343 23 ago 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. [Acesso 13 nov 2014] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm.